

Dicionário Geológico-Geromorfológico.

Antônio Teixeira Guerra. 8ª ed., Rio de

Janeiro: IBGE, 1993. 446 p.

ISBN 85-240-0458-4

Um dicionário com oito edições, algumas delas com 8 mil exemplares, não pode ser uma obra comum.

O exame desta obra deixa a impressão de estarmos diante de um livro didático. Mais ainda, faz recordar uma disciplina há muito abandonada: a lição de coisas, tantos são os assuntos abordados e esclarecidos.

Diz-se que “nem só de pão vive o homem”. Aqui, também, nem só a Geologia e a Geomorfologia são estudadas. A Cartografia, a Hidrologia e a Economia estão colocadas ao alcance do leigo. Muito importante a extensa discussão sobre a influência do homem atual no modelado da superfície terrestre. Um exemplo citado é a cidade do Rio de Janeiro. Para não falar da erosão violenta provocada pelos desmatamentos. Todos muito bem documentados por ótimas fotografias.

O fato de o autor explicar um fenômeno e

remeter o leitor a uma ou mais fotos nos ensina a observar a paisagem. O que nem sempre é sabido pelos biólogos. A importância deste fato pode ser exemplificada com a facilidade com que Oliveira Castro, que também possuía bom conhecimento de geomorfologia, definiu os criadouros do *Anopheles darlingi*, assunto que tinha sido estudado por diversos pesquisadores sem nenhum proveito.

Não seria nada mal que cada biólogo e, principalmente, cada ecólogo possuísse e consultasse este dicionário quando tivessem dúvidas, sobretudo sobre aspectos da paisagem.

Comparando-se esta edição com as anteriores, nota-se que foram acrescentadas novas figuras e trocadas outras.

Há de se destacar, nesta obra, a questão estética e o cuidado dos editores, pois, nas suas 446 páginas, são raríssimos os erros tipográficos. Está de parabéns a Divisão de Gráfica/Departamento de Editoração e Gráfica do IBGE.

Mário B. Aragão

Departamento de Ciências Biológicas
Escola Nacional de Saúde Pública

Avaliação Nutricional de Coletividade:

Texto de Apoio Didático. Francisco A. G. de Vasconcelos Florianópolis: Editora da universidade Federal de Santa Catarina, 1993. 154 p., figs., tabelas, biblio.

A recente publicação de livros como *Community Nutritional Assessment* (D. Jelliffe & E. Jelliffe, 1989, Oxford University Press) e *Principles of Nutritional Assessment* (R. Gibson, 1991, Oxford University Press) trazem, sem dúvida, inestimável contribuição à literatura internacional sobre avaliação nutricional. Ambos atestam a fundamental importância que o tema representa hoje para o campo da Saúde Pública, sendo consideradas pelos especialistas fontes de consulta obrigatórias.

Recentemente publicado no Brasil, o livro de Francisco Vasconcelos aborda, sob uma perspectiva essencialmente pedagógica, os diversos

métodos de diagnóstico nutricional de grupos populacionais. Inclui dentre seus objetivos a possibilidade de uma melhor instrumentação teórica-prática de alunos de graduação em Nutrição, nutricionistas e outros profissionais de saúde preocupados com a superação de um dos maiores flagelos da humanidade contemporânea – a desnutrição e a fome.

Dividido em nove capítulos, o autor trabalha os principais conceitos, significados, limitações e operacionalização dos conhecimentos básicos da avaliação nutricional de coletividade. Ainda que *Avaliação Nutricional de Coletividade* não se proponha a ser um tratado como os dois volumes acima mencionados, traz ao acervo bibliográfico nacional sobre a temática um texto atualizado, bem-documentado, claro e objetivo.

No capítulo I, o autor introduz questões básicas ao estudo dos indicadores do estudo nutricional, visando subsidiar o leitor na iden-

tificação das dimensões biológica e social inerentes à questão. Estas dimensões expressam-se sob a perspectiva biológica individual – enquanto produto da relação consumo/necessidades – e sob a perspectiva social, exemplificada pela identificação e análise dos determinantes da organização social.

Respondendo por aproximadamente metade do livro (capítulos II a V), a avaliação através de parâmetros antropométricos, principal metodologia de diagnóstico nutricional a nível comunitário, é abordada em sua complexidade sem no entanto perder a direcionalidade para o público ao qual se destina. No capítulo II, são identificadas as principais medidas e indicadores antropométricos, sua relevância e, por último, a operacionalização e as vantagens e desvantagens das principais classificações do estado nutricional. O capítulo III apresenta o aparato estatístico básico que é utilizado em avaliação nutricional. Os dois últimos (capítulos IV e V) abordam questões como população

de composição corporal. Trazem também alguma discussão sobre indicadores antropométricos para avaliação de adultos e gestantes.

Os capítulos restantes tratam dos demais procedimentos diagnósticos, quais sejam: clínicos e laboratoriais (capítulo VI); demográficos (capítulo VII); consumo alimentar (capítulo VIII) e sócio-econômico e culturais (capítulo IX). A abordagem destes tópicos, feita com propriedade, coloca o leitor em contato com metodologias e conceitos complementares necessários a um melhor entendimento do tema.

Os diversos capítulos dão ao leitor uma dimensão global das principais abordagens empregadas em avaliação nutricional, ficando, portanto, à disposição de todos aqueles dedicados ao assunto uma interessante contribuição.

Gilberto Kac

Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz

Compêndio de Defensivos Agrícola (Guia Prático de Produtos Fitossanitários para Uso Agrícola). Organização Andrei (Org.). 4ª ed., São Paulo: Organização Andrei, 1993. 448 p. 28,46 URVs.

A Organização Andrei Editora vem prestando um grande serviço não só aos agrônomos, mas também aos sanitaristas, com a publicação atualizada desses compêndios. Apesar de o presente volume não abordar os chamados produtos domissanitários, onde melhor se enquadram os usados na Saúde Pública, ele apresenta algumas informações úteis aos sanitaristas.

Estamos de acordo com a editora em chamar esses produtos de defensivos, ao invés de agrotóxicos. Tanto a nossa experiência pessoal como a dos antigos serviços nacionais de malária, febre amarela e peste mostram que esses produtos só são tóxicos para quem não sabe trabalhar. Nesta mesma linha de pensamento,

o colega Hélio Palma de Arruda escreveu um capítulo muito ponderado sobre o receituário agrônomo, complementado, no final do compêndio, por uma explicação detalhada sobre a Lei nº 7.802, de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 98.816, de 1990, que disciplinam o assunto. O exame desta lei e deste decreto faz pensar na necessidade de um receituário domissanitário, a ser executado por profissionais preparados pelo Ministério da Saúde. Alguns acidentes ocorridos neste próprio Ministério mostram a falta que fazem profissionais competentes.

Pela primeira vez vimos, num desses compêndios, um capítulo sobre “Precauções no manuseio de defensivos agrícolas”, feito pela própria editora.

As monografias dos diversos produtos constituem a quase totalidade do livro e são muito detalhadas. Elas de destinam ao lavrador, pois a agricultura é o grande mercado. Acontece que